



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

[pcrev@ufrgs.br](mailto:pcrev@ufrgs.br)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Brasil

Prado Máximo, Marco Aurélio

A Psicologia Comunitária nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do Político  
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 15, núm. 1, 2002

Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18815121>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## A Psicologia Comunitária nas Américas: o Individualismo, o Comunitarismo e a Exclusão do

Marco Aurélio Máximo Prado<sup>1</sup>

Universidade São Marcos, São Paulo

---

### Resumo

Este texto apresenta um denominador comum entre a Psicologia Comunitária na América do Norte e da América Latina, entendido a partir do fim do espaço do político. Neste sentido, a partir da filosofia política, pretende-se analisar duas posições (individualista e comunitarista) na Psicologia Comunitária, explicitando a importância contemporânea de uma Psicologia comprometida com a extensão dos valores democráticos.

*Palavras-chave:* Psicologia comunitária; individualismo; comunitarismo; político.

**Community Psychology in the Americas: Individualism, Communitarianism and the Exclusion of the Political**

---

### Abstract

This paper discusses the end of the political, seen as a common denominator between Community Psychology in North America and Latin America. Based on political philosophy, this paper proposes a critical analysis of two positions in community psychology: individualism and communitarianism, thereby emphasizing the importance of the political in contemporary community psychology engaged in the extension of democratic values.

*Keywords:* Community psychology; individualism; communitarianism; political.

---

### Introduzindo o Debate

Não é novidade, especialmente para os psicólogos sociais da América Latina, a distância existente entre as Psicologias nos dois pólos da América. As *Américas*, separadas por tantos motivos, também se distanciam quando se pensa na Psicologia Social e, particularmente, nos fazeres que envolvem a Psicologia Comunitária (PC).

Neste texto, buscamos explorar um outro ponto de vista que não o da distância, mas sim o da proximidade entre a Psicologia Comunitária Latino-americana (Andery, 1984; Lane, 1995; Prado, 1994; Wiesenfeld, 1994) e Norte-americana<sup>2</sup> (Kelly, 1990; Linney, 1990; Novaco & Manahan, 1980). Para tal, retomaremos as principais posições teóricas de cada uma (Montero, 1994), com o intuito de apontar um denominador comum entre a

Nosso argumento se constrói sobre o que foi desenvolvido pela filósofa Chantal Mouffe (1996; 1999), acerca do político e do comunitário, e sobre o que o filósofo Michael Walzer (1993), trataremos de identificar. A Psicologia Comunitária nas Américas, apesar das suas distâncias, estão próximas quanto ao seu conceito de político, ou seja, as duas concepções de Psicologia Comunitária acabam por propôr a mesma ideia de fim do político.

Seja a Psicologia Comunitária Latino-americana (PCNA) em uma concepção tradicional ou a Psicologia Comunitária Latino-americana em uma concepção mais comunitária,

Num cenário de grandes mudanças mundiais (Heller, 1999; Laclau, 1990; Santos, 1994; Touraine, 1995), a discussão política tem sido uma das grandes vedetes do momento, ao contrário do que alguns intelectuais imaginaram, o político e a história não encontraram seu fim. As questões políticas passaram a fazer eco dentro de todos os grupos sociais, e não somente elas, mas também as reflexões éticas invadiram o nosso cotidiano, especialmente o cotidiano de uma civilização que alcançou o controle sobre o sistema global, sobre a natureza e sobre a reprodução humana.

Neste sentido, tanto a política como a ética ressuscitaram questões tão fundamentais para a humanidade como estas a que a Psicologia Comunitária nas Américas parece confrontar: é possível a vida em comunidade? como pensar a participação social dos indivíduos? a construção de uma comunidade política? como garantir o aprofundamento da igualdade sem ameaças às liberdades individuais? como combater o individualismo crescente? como aprofundar os valores democráticos?

Assim como a relação entre indivíduos e coletividade, o político também pode ser definido por diferentes abordagens. Se pensarmos, em apenas duas das mais importantes concepções sobre o político, podemos elencar a tradição liberal e a tradição comunitarista. Uma buscando defender a liberdade individual sobre a noção de legitimidade coletiva do bem comum e a outra, respectivamente, apontando os perigos do acirramento individual em um individualismo excêntrico e a importância de uma definição de bem comum coletivo como parâmetro único para as posições individuais e para a vida institucional democrática.

Este tem sido um dos principais debates junto a Filosofia Política moderna (Heller, 1991; Mouffe, 1993) e ele está centrado, sobretudo, em comparar os dois sistemas políticos e filosóficos para uma melhor

Imprensa dos problemas mundiais atuais no ocidente. Buscamos, de maneira bastante sintética, expor alguns

mundo mais complexo do que a divisão tradicional e a exploração sobre as relações

Em nossa visão, as grandes diferenças existem, precisamente nas opções teórica e no desenvolvimento histórico, porém respectivamente, posturas mais individualistas no norte e posturas mais comunitaristas no sul, uma como a outra, apontam para o fim, acenam com um comprometimento frágil de valores democráticos plurais e multiculturais. Mouffe (1993), esta radicalidade pode ser com a garantia da sobrevivência da tensão entre identidade e a lógica da diferença:

“É esta tensão, de fato, que também aparece entre nossas identidades como indivíduos ou entre os princípios de liberdade e igualdade, a melhor garantia de que o projeto da democracia está vivo e habitado pelo pluralismo. O que esta tensão poderá favorecer somente é a liberdade e a destruição da democracia.” (p. 133)

## A Política e a Radicalização Democráticos: As Novas Fronteiras

A Política, como Bobbio, Matteucci e referem-se, diz respeito “a tudo que se consequentemente, o que é urbano, é mesmo sociável e social”(p. 954). Neste refere-se a tudo que, de uma ou outra forma, está relacionado às formas de poder régio social, isto é, a tudo que diz respeito ao uso de poder de coacção de uns sobre os outros.

Nas concepções mais modernas, a Igreja não é mais o único lugar distinto, sobretudo porque a conciliação entre Igreja e mundo foi sendo limitada, como mais uma vez Bobbio e colaboradores (1993):

“Enquanto a filosofia política clássica da estrutura da pólis e das suas variadas fórmulas, a filosofia política pós-clássica

“Conforme o que se disse até aqui sobre o significado restritivo de Política (restritivo em relação ao conceito mais amplo de ‘social’), fim da Política significa exatamente fim de uma sociedade para cuja coesão seja indispensáveis as relações de poder político, isto é, relações de domínio fundadas, em última instância, no uso da força. Fim da Política não significa, bem entendido, fim de toda a forma de organização social. Significa, pura e simplesmente, fim daquela forma de organização social que se rege pelo uso exclusivo do poder coativo.”(Bobbio, 1993, p. 960)

Através desta concepção, podemos sublinhar algumas questões fundamentais para a compreensão do político enquanto campo de publicização de conflitos. Iniciaremos pela idéia desenvolvida por Bobbio e colaboradores de que, no campo da política, a questão dos conflitos está sempre presente. O conflito e as formas de coação caracterizam o campo de disputa política. Não por outro motivo, o poder político está baseado sobre diferentes formas de forças que buscam manter a subordinação de uns aos outros. Para além destas características, temos um outro fator importante nesta visão, o de que a esfera do público é a esfera onde os conflitos são expressados. Ao abraçar esta idéia, estamos compreendendo que a esfera pública é a esfera da explicitação de subordinações (sejam elas relativas ao campo do doméstico, da intimidade ou da coletividade). Relações de subordinação, que na concepção de Mouffe (1988), ao se transformarem em discursos antagônicos no público tornam-se relações de opressão, pois é lá que podem ser tematizadas como relações de poder historicamente fundadas e recriadas<sup>4</sup>.

Estas questões, se nos ajudam a desenhar uma compreensão do político, também nos fornecem uma compreensão homogênea do campo. Para tomar alguma diferenciação, vamos buscar explicitar e especificar, ainda mais, uma compreensão do político que, como salientamos na abertura deste trabalho, nos ajude a compreender os discursos científicos da Psicologia Comunitária nas Américas.

mantenha nenhuma essencialidade, pluralidade e a diversidade das sociedades modernas e, para tanto, pensar uma concepção *com* e não de que, através de uma visão da civilização ocidental como inimigo de Schmitt, segundo Neurath. A autora busca construir uma concepção que possa lidar com os conflitos relativos às relações entre os países, uma característica do projeto moderno. De forma, a autora busca retomar o pensamento liberal porém, refutando-o. Ela afirma que é preciso ser, de fato, a principal hostilidade, a qual não tem limites para sua ação. Para Neurath (1999) precisa que, pensar com o mundo contra ele, já que, para a filósofa, o mundo é seu inimigo. Ainda assim, a autora ressalta que sua visão é limitada pelos valores da liberdade.

A posição de Schmitt tem teóricos, como é o caso de Heller, o discurso exclusivista que a Política têm passado, seja de Schmidt ou de Heidegger. Segundo Heller, alguém ou de algo nestas condições, a autora húngara chamou de "exclusivismo", como uma das características da sua obra. De fato, Heller aponta para alguma exclusão, que exclui sempre alguém ou algo, seja de temas ou discursos, poderia-se assemelhar, em seu grau máximo, ao que Schmitt.

Porém, é com Mouffe, em  
através da concepção amigo/  
relação antagônica como funda-  
que podemos aprofundar est  
não abraça de maneira incondic  
pelo contrário, propõe, como  
contra ele. De maneira que o p  
ser pensado como um es  
antagonismos buscam re

da igualdade entre os grupos sociais, como do princípio da diferença, ou seja, o reconhecimento de que particularidades podem revelar formas múltiplas de opressões.

Esta concepção de político recoloca uma especificidade desta esfera fundamental: a fronteira política, a qual permite que uma relação de subordinação seja reconhecida como historicamente determinada, portanto, que seja vivida como opressão e não mais como naturalização da vida social, já que agora, no político, pode ser reivindicado o direito à equivalência, portanto, ao fim das relações de opressão. Neste sentido, o campo do político configura-se pela relação entre um coletivo que se constitui como um NÓS (identidade coletiva) *versus* um ELES (exteriorização da identidade coletiva). Importante ressaltar que, é a radicalidade dos princípios de liberdade e igualdade, típicos do discurso da democracia, que pode nos ajudar a pensar na relação NÓS *versus* ELES como relações baseadas na lógica da equivalência e da diferença. Estas relações (antagônicas) para colocarem-se como antagonismos políticos, devem ser entendidas a partir não somente da reivindicação pela equivalência, mas sobretudo pela reivindicação da diferença, já que, desta forma, a tentativa de se instalar um discurso sobre a identidade-NÓS é dada pela possibilidade do reconhecimento do discurso da identidade-ELES, como um constitutivo externo ao próprio NÓS. A possibilidade deste coletivo NÓS está sustentada na diferenciação de um ELES, ou seja, na esfera do político, o consenso é tão precário quanto a relação de exclusão, em outras palavras, o consenso está sempre sendo dado sob algum nível de exclusão, formando-se assim enquanto um consentimento possível, o que implica em um processo articulatório.

Pensar nestes termos é, em verdade, reconhecer o caráter antagônico do político, mas não necessariamente este caráter se dá pela contradição<sup>5</sup>. A diferenciação entre antagonismo e contradição, tarefa nada fácil, sempre tem sido uma disputa teórica e analítica entre diversos autores

para sua superação. A dialéтика e o seu predeterminam o elemento subs antagonismo não está dada uma condição que possa predeterminar o elemento sub sentido, configurar-se como um discurso que determina sua abrangência, nem tampouco sua abrangência estará determinada pela constituição das identidades coletivas de muito, das possibilidades de articulações históricas em que estão inseridas e da demarcação de fronteiras (Howarth & Sartori Laclau, 1990).

A relação antagônica não apresenta possibilidade final o consenso, pois como poderá se dar ao excluir um ELES da NÓS, o antagonismo é permanente, a maneira uma tensão necessária para o espaço, evitando assim um sujeito coletivo total sobre si mesmo e um constitutivo impossibilitado de constituir-se como unidade. A idéia central ao apontar para as fronteiras é poder entender que a possibilidade política está no seu sempre constitutivo como possibilidade, também é a imobilização fechamento desta comunidade sobre si mesma.

A negação destas fronteiras seria, portanto, um dos maiores perigos para o aprofundamento das democracias, já que, negá-las seria afirmar que a liberdade - a liberal - na qual a ilustração é razoável e racional parece não excluir ninguém. Temos visto, exclui tão somente aqueles que questionam a razoabilidade política. “A exclusão do desacordado é baseada na lógica do exercício livre da razão” (Mouffe, 1993, p. 142). Ou seja, se o lado, seria abraçar um NÓS que, sem a inclusão de um ELES, corre o risco de se tornar indiferenciado e reduzir as múltiplas práticas plurais e reduzir as múltiplas identidades democrática, sejam as de gênero, de raça, de classe, de geração, de etnia, de religião, de orientação sexual, entre outras.

sociedades cada dia mais complexas. A comunidade poderia ser como mais uma das formas de identificação possível dos sujeitos, mas não aquela que impede a pluralidade de outras formas ao definir o consenso sobre a liberdade individual.

“É vital reconhecer que, para a construção de um NÓS é necessário distingui-lo de um ELES e que todas as formas de consenso estão baseadas em atos de exclusão, a condição de possibilidade de uma comunidade política é ao mesmo tempo a condição de impossibilidade de sua inteira realização.” (Mouffe, 1995, p. 36)

Porém assumir esta posição seria rever tanto as posturas individualistas na Psicologia Comunitária da América do Norte, como a comunitaristas na Psicologia Comunitária da América Latina e, para isto, sem dúvida, deveríamos ir além destas polaridades que parecem não deixar espaço para compreender a constituição das comunidades políticas. Mas, antes de avançarmos para esta terceira posição, temos que reconhecer e compreender como estas duas posições da PC nas Américas podem se tornar uma espécie de postura *anti-político*.

### **Psicologia Comunitária na América do Norte**

A PC nos EUA surgiu como um movimento alternativo ao pensamento psicológico dominante até os anos 60 de explicação das ações humanas no mundo social. Ela foi marcada pelo descontentamento de uma parte de psicólogos com a insuficiência teórica que, até então, a Psicologia estava submetida, especialmente na relação com a Medicina e a Psiquiatria. A preocupação com estudos que enfrentassem uma compreensão da ação humana frente aos conflitos sociais foi, de início, a pretensão deste movimento científico-político chamado Psicologia Comunitária (Klein, 1987).

Os psicólogos, segundo Rickel (1987), foram encorajados a serem participantes ativos dos problemas da sociedade e, portanto, foram chamados a tornarem-se agentes de mudanças. Na reflexão de Sarason (1984), este movimento implicou em rever o modelo psiquiátrico

termos de valor profissional, de carreira, de lugares de prática, os profissionais limitados e desperdiçados” (Sarason, 1984, p. 201).

“Havia uma consciência crescente de que, entre parte da população, os serviços existiam, estavam muito além daqueles que acomodavam esta população ou inapropriados para ela. Não somente os serviços de saúde eram desigualmente distribuídos, mas também os profissionais eram dependentes de um sistema que não eram sensíveis às variações individuais” (Sarason, 1984, p. 201);

“Estes psicólogos clínicos e de comunidade estavam promovendo destrutivas polarizações, no início dos anos 1980, que entendiam a natureza destas polarizações, que as influenciavam. A Psicologia clínica, por exemplo, pouco ou nada a contribuiu para a intervenção” (Sarason, 1984, p. 201).

“A psicologia clínica se preocupa com os sintomas e os eventos depois que eles ocorrem. Deixando esta questão de lado, podemos ver os limites do approach clínico para pensar em termos de preventão.”

Nos termos deste teórico, a Psicologia Clínica não dizia respeito a questões políticas, relacionadas ao mundo social, junto aos grupos sociais, passando a ser problema para a Psicologia. O movimento Norte-americano de Psicologia Comunitária interpretação da Psicologia que defende uma interpretação axiomática da ação humana e da ciência do indivíduo ao mundo social.

A PCNA se estabeleceu, inicialmente, derivado da Psicologia Clínica, mas esteve atrelada a noções de mundo social e individuais. A PCNA, que permaneceu ligada à Psicologia no seu estatuto, só se consolidou quando a verdade confirmou-se enquanto movimento que defendia a idéia de clínica, materializada na supremacia de qualquer ente social.

para dentro dos processos cognitivos mais que para fora nas situações e estruturas sociais". (pp. 408-409)

A PCNA, então, relaciona-se, tanto com o processo que Manicas e Secord (1983) denominaram de *americanização das ciências sociais*, como com o que Farr (1996) intitulou de *individualização da psicologia social* para expressar o movimento que mesmo ao buscar relacionar o indivíduo e o mundo social, acaba por reduzir esta relação a um dos extremos. A PC, neste continente, não pode ser vista como um bloco totalmente homogêneo<sup>6</sup>, mas poderíamos dizer que ela tem se caracterizado por uma abordagem do político na qual a supremacia é do indivíduo.

Isso pode ser visto, quando retomamos os estudos sobre o *empowerment*, desenvolvidos pelos psicólogos comunitários Norte-americanos. O conceito de *empowerment* tem significado uma tentativa desta Psicologia em buscar os nexos entre o indivíduo e seu contexto (Perkins, 1995). Como em outras posições, esta perspectiva, a do *empowerment*, argumenta a favor da importância do contexto social para formação do pensamento e do comportamento humano. Mas vamos, antes, esclarecer ao leitor o que significa o termo *empowerment* na PCNA.

*Empowerment* seria um processo através do qual as pessoas, organizações e comunidades tornam-se conscientes e proprietárias de suas próprias vidas, isto a partir tanto do controle pessoal, como da influência social. Rappaport (1981, 1987) sugere que este processo se dá, tanto por uma determinação individual da autonomia com a própria vida, como por uma participação democrática na vida da comunidade. Neste sentido, articulado como um conceito capaz de uma compreensão da relação do indivíduo com o mundo social, o *empowerment* define como níveis de atuação e entendimento, os níveis individual, grupal e comunitário (Zimmerman, Israel, Schulz & Checkoway, 1992). Porém, pensado à luz de uma concepção liberal de participação, o *empowerment* tem se tornado um elemento de compreensão do que acontece "dentro da cabeça dos indivíduos" (Riger, 1993, p. 282). Nesta lógica, tem buscado explicar a ação individual, sua forma de agir, de acordo com

de ação das pessoas por realçar sua ação individual, fazem pouco por apontar o poder delas e as políticas" (p. 282). O que pode ser interpretado como uma interpretação ideologizada, do poder, como vimos com Bobbio (1993), coloca-se no campo de disputa, não somente no nível individual.

Stephanie Riger (1993) vai mais longe, no seu estudo sobre o conceito e o uso do *empowerment* na Psicologia Norte-americana, diz a autora:

"História e cultura moldam os conceitos que formam a base para explicar a ação humana. Talvez o maior fator que molda o formador da Psicologia seja a crença no individualismo, uma crença que repousa no coração da visão da Psicologia. Uma grande parte das pesquisas da Psicologia é baseada na idéia de que o indivíduo saúda-se, é auto-contido, independente e dependente de si mesmo, de afirmar-se, influenciar seu ambiente e ser influenciado por princípios abstratos de justiça e igualdade."

Vê-se que, não somente materialista, a perspectiva valorativo-social, mas também científica, o modelo do *empowerment*, segundo a perspectiva cognitivista, coloca-se como uma forma de cognitivismo que tem como resultado a formação de uma percepção individual e uma desconexão do contexto sócio-político, como afirma Lutz (1993):

"a consequência de uma perspectiva cognitivista é minimizar ou minimizar a influência dos fatores situacionais e estruturais em favor de um focus na pessoa. Mas esta visão, artificialmente desconectada do contexto social, resulta em uma busca, dentro do seu próprio campo de visão, de soluções para os problemas humanos (...). Neste contexto, a percepção torna-se não o poder, mas o contrário, a percepção do empoderamento, que é formado pelo pessoal e, ironicamente, o que é mantido." (p. 281)

Nesta compreensão da PCNA, a ação individual é

ações institucionais e/ou de grupos<sup>7</sup>. O que vale ressaltar, neste caso, é o que foi discutido por Mouffe (1993), que o político, na visão liberal, reduz-se a uma participação racional, como em um mercado de interesses e negociações. O que se retira do político é o processo de constituição dos antagonismos sociais, ou seja, a capacidade de grupos e coletivos constituir-se em sujeitos coletivos na configuração de uma arena pública, onde, se debatem e tematizam questões que, pouco a pouco, vão sendo politizadas.

O pensamento liberal, segundo Mouffe (1993), baseado em uma liberalização da ética para o campo da troca de interesses e lobbies, traduz o político como o mundo institucional e racional que se subordina ao mercado e sua lógica. O sujeito racional, não por acaso, atende a um modelo de organização civil, própria de um grupo social. O modelo de racionalidade, neste projeto, permite considerar que o político pode ser constituído abstraindo e/ou remetendo para o mundo privado, todas as paixões e emoções humanas.

Reconhecer que a PCNA tem tratado, em alguns casos, o político enquanto um tribunal de barganhas, é reconhecer sua institucionalização enquanto prática. Parece que o conflito só é reconhecido, nesta visão, enquanto um conflito com traços de uma racionalidade tipicamente liberal e uma institucionalização promovida pela idéia de que ordenar é o melhor remédio. O aspecto normativo do político é tomado, segundo Piven e Cloward (1992), como algo tautológico, excluindo-se o reconhecimento das relações de opressão e de submissão de uns aos outros. Os discursos que não se colocam como racionais neste modelo de intervenção da PC, são relegados à erupção do irracional e do pouco *organizado* discurso institucional. É óbvio neste modelo que, a definição do político como um sistema moral que propõe a institucionalização e a lei como lugar de tematização da vida em sociedade, produz um tecnicismo da prática política (os lobbies), com o objetivo de criar a ilusão de um consenso na lei. A idéia substantiva que, através deste

consenso racional. Como resultado, torna-se meramente o terreno de suas paixões e crenças, que permanecem como agentes racionais na busca das coesões morais, é lógico - e necessário - advogar entre suas reivindicações justas. Esta é uma concepção de mundo prontamente um caso típico da PCNA (Mouffe, 1993, p. 140).

A partir da conceituação de PCNA, é possível compreender que a PCNA procura potencializar a capacidade de “ter controle” sobre suas paixões e crenças. A morte do político, assim, não pode ser entendida como o que deveria ser princípio de um projeto de mundo, mas o surgimento de novos sujeitos que se constituem enquanto tais, e que, ao lado de novas formas de opressão, no mesmo tempo histórico, surgem e organizam coletivas, criando assim processos de dúvida, poderiam interessar e motivar a Psicologia Comunitária compromissada com os direitos dos sujeitos (Prado, 1999).

### **A Psicologia Comunitária na América Latina**

Contra esta noção de um mundo de interesses e paixões social - na expressão de Glória Chaves (1999) - o político organizado em torno da PCNA, deve partir dos identificados como *coletivos*, que é muito importante, pois não deixou de lado a questão da participação nas mãos do cidadão. Deve ser apontado, assim, para uma concepção de mundo político mais importantes para a Psicologia Comunitária, que é a de que o campo do político é o campo da política, que deve reconhecer a nós mesmos como sujeitos da política comunitária” (Mouffe, 1993, p. 140).

A PCLA possui uma história que remonta ao Brasil e à Irmã Norte-americana, sobretudo ao Brasil, que

disso, não podemos relegar ao esquecimento que a PC na América Latina iniciou suas práticas no momento em que muitos dos países latinos viviam ditaduras militares, e que, para muitos psicólogos, a PC, naquele momento, significava um espaço relativamente seguro de militância política. Estas influências deram à PCLA um caráter muito menos individualista e mais politizado do que a PC Norte-americana<sup>8</sup>.

A PCLA nasceu, ao nosso ver, como uma importante reação à colonização do pensamento liberal na Psicologia, seja no campo do político, ou mesmo nos processos de legitimação científica. As preocupações sociais e a negação de um sujeito individualizante foram axiomas importantes para a fundação da PC na América Latina (Andery, 1984). Assim, ela tem sido um *locus* de reflexões sobre a própria Psicologia enquanto ciência e seus compromissos com uma sociedade mais democrática. Porém, ao abraçar a idéia de bem comum substancializado (Prado, 1999), esta PC, ao menos no que diz respeito ao campo do político, tem se aproximado da PC Norte-americana. Mas vamos, passo a passo, aproximar-nos desta idéia.

Intencionada pela afirmação do bem comum como um definidor do sujeito, a PCLA tem vivido o dilema de refletir sobre uma possível relação entre indivíduo e comunidade. Ela tem encampado a idéia comunitarista de que valores morais compartilhados definem a participação democrática. De maneira que estariam sendo cada vez mais sujeitos políticos e conscientes quanto mais vida comunitária e quanto mais compartilhássemos valores morais definidos pela idéia de bem comum como guia da vida social e individual.

Na PCLA, o ideal do coletivo - a comunidade - é visto como um conjunto de atividades, discursos e práticas capaz de criar autenticidade identitária (a identidade verdadeiramente humana). Não por outro motivo, vemos, em muitos dos trabalhos de intervenção comunitária, uma noção de comunidade sendo trilhada como ideal de vida comum, de consenso, que nega,

humanizado, libertador e de relações f... contrapõe totalmente a seu *inimigo*: a soc... nesta visão, impeditiva da autenticidade i... político reduz-se a uma etapa da construç... social.

A ilusão de um consenso comunitário, noções de identidade autêntica e de conciliação crítica (Góis, 1984, 1994 referindo-se a Freire, 1979 e Cavalcante, 1989), aprimorando que é possível o desenvolvimento de um eu ou de relações comunitárias como se evidenciar então, que qualquer processo um consenso implica necessariamente uma exclusão, e é, segundo Mouffe (1993), essa afirmação da igualdade e da diferença que a inclusão não se transforme em uma totalização sujeito e, ao mesmo tempo, garante a sobrevivência do político como o lugar dos princípios democráticos.

Esta ilusão da conciliação pela rede social dá-se na aniquilação do espaço do político de conflito que não se reduz a uma polêmica, pois tem sido entendido, nestas perspectivas mais essencialistas, que o fim dos antagonismos é responsável pelo alcance da identidade social, como afirma Zizek (1990):

“Baseia-se precisamente no fato de que o inimigo externo, é quem está me impedindo de ter uma identidade comigo mesmo: a ilusão é que a aniquilação do inimigo antagonístico, EU/Nós, possa abolir o antagonismo e alcançar uma identidade social.” (p. 251)

A perspectiva de que este EU/Nós possa ser transparência social e de si mesmo, tornando-o tão tautológico quanto outro qualquer, é a da América Latina, e por este motivo, esta Psicologia, nos dias de hoje, de abandonar seu prefácio: o de politizar a vida psicológica.

relações de opressão. Assumir o político enquanto tal, é estar implicado na idéia de que nada, nenhum grupo social, nem nenhuma identidade política, pode ser vista como portadora de qualquer autenticidade, não sendo possível então, a construção de uma identidade comunitária capaz de abranger a transparência do real, onde, por ilusão, não existiria mais consciências semi-transitivas.

Temos visto então que o político estaria lixido em uma concepção, tanto liberal como comunitária de participação social, de forma que, a oposição entre as duas lógicas de pensamento informam-nos, pela negatividade que as contém, uma lógica muito parecida: a da exclusão do político.

### **Psicologia Comunitária e o Político: Em torno de uma Psicologia Política**

Mouffe (1993) argumenta que para rever estas posições deveríamos abandonar, logo de começo, qualquer princípio que mantenha a noção de um coletivo político preso, tanto ao *status* da lei - um agregado de interesses individuais como nos quer fazer crer o pensamento liberal -, como preso unicamente a noção de bem comum, de forma que deveríamos manter em campos separados a moralidade e a política, o que não significa, em hipótese alguma, retirar qualquer princípio ético do campo político, mas sim, subtrair qualquer idéia substantiva de bem comum como valores compartilhados que devem determinar e unificar as posições dos sujeitos políticos.

Ao manter o substancialismo destas duas posições - nas duas Américas - a PC, seja acima da linha do Equador ou abaixo, mantém a mesma lógica intrínseca: negação do pluralismo e o fim do político. A (des)substancialização do político, seja como consenso racional ou como valor moral compartilhado, abriria um campo fundamental de estudos sobre a articulação e a constituição de discursos e práticas sociais coletivas que formam, ou buscam formar, sujeitos coletivos. O apelo a uma idealização da “identidade comunitária”, como vem sendo proposto

indivíduos não atuem em contextos autênticos — onde trabalham conservadoras, mulheres rejeitadas, pessoas negras e negros se oponham a ação afirmativa. O diagnóstico essencialista é que essas pessoas e grupos só existem e requerem firmes lideranças para representá-las e defender seus autênticos interesses.” (p. 58)

É compreendendo as medições que Mouffe faz entre a Psicologia Comunitária e a política que podemos dizer que a busca das identidades comunitárias é uma tarefa política. Isto significa reconhecer que a identidade comunitária é presente em todas as formas de organização política, já que esta seria a maneira de organizar as diferenças que existem mas que também existem as diferenças que não existem (Mouffe, 1995, p. 36).

Pensamos ser este um debate importante, e nossas reflexões contribuirão para participar dele. Refletir sobre essas questões pode nos ajudar a talvez nos façam assumir, como sujeitos políticos, a responsabilidade enquanto um campo de trabalho para a construção de novas identidades, estender e entender as pré-condições simbólicas, institucionais, psicológicas e culturais que são necessárias para a constituição de uma identidade comunitária enquanto mais uma identidade entre as existentes, de construção de identidades (Mouffe, 1999). Neste sentido, a PC deve ser entendida como uma prática que, dentre outras, permite a compreensão dos processos através dos quais os sujeitos se constituem como membros de um coletivo não substancializado, que é mais do que uma boa, mas acima de tudo, uma identidade que é mais do que uma identidade política que temporariamente se constitui, que é mais do que uma posição identitária dos sujeitos, que é mais do que uma identificação que não se reduz ao sujeito, já que está determinada por fatores que vão além da identidade.

Este processo articulatório é mediado por uma interpretação, pois é nele que iremos construir e reconstituir as identidades que constituem as identidades comunitárias, através dele que poderemos entender as identidades entre os grupos populacionais pobres e os grupos populacionais ricos.

- Barret, M. (1999). Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe. Em Zizek, S. (Org.), *Um mapa da ideologia* (pp. 235-264). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Bobbio, N., Matteucci, N. & Pasquino, G. (1993). *Dicionário de política*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- Bottomore, T. (Org.). (1988). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Farr, R. (1996). *The roots of modern social psychology*. Cambridge: Blackwell.
- Freitas, M. F. Q. (1996). Contribuições da psicologia social e psicologia política ao desenvolvimento da psicologia social comunitária. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 63-82.
- Gohn, M. G. (1997). *Teorias dos movimentos sociais: Paradigmas clássico e contemporâneos*. São Paulo: Loyola.
- Goís, C. W. L. (1984). Proposta de um caminho para a psicologia junto à classe oprimida. Por uma psicologia popular. *Revista de Psicologia*, 2(1), 87-122.
- Goís, C. W. L. (1994). *Noções de psicologia comunitária*. Fortaleza: Edições UFC.
- Heller, A. (1991). The concept of the political revisited. Em D. Held (Org.), *Political theory today* (pp. 330-343). Stanford: Stanford University Press.
- Heller, A. (1999). Uma crise global da civilização: Os desafios futuros. Em A. Heller. (Orgs.), *A crise das paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI* (pp. 13-32). Rio de Janeiro: Contraponto.
- Howarth, D. & Stavrakakis, Y. (2000). Introducing discourse theory and political analysis. Em D. Howarth, A. Norval & Y. Stavrakakis, *Discourse theory and political analysis: Identities, hegemonies and social change*. (pp. 1-23). Manchester: Manchester University Press.
- Kelly, J. (1990). Changing contexts and the field of community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 18(6), 769-791.
- Klein, D. (1987). The Context and times at Swampscott: My/story. *American Journal of Community Psychology*, 15(5), 531-537.
- Laclau, E. (1990). *New reflections of the revolution of our time*. London: Verso.
- Lane, S. (1995). Avanços da psicologia social na América Latina. Em S. Lane & B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da psicologia social* (pp. 67-82). São Paulo: Educ & Brasiliense.
- Linney, J. (1990). Community psychology into the 1990's: Capitalizing opportunity and promoting innovation. *American Journal of Community Psychology*, 18(1), 1-17.
- Manicas, P. T. & Secord, P. F. (1983). Implications for psychology of the new Philosophy of Science. *American Psychologist*, 38, 399-413.
- Montero, M. (1994). Vidas paralelas: Psicología comunitaria en latinoamérica y en Estados Unidos. Em M. Montero (Org.), *Psicología social comunitaria* (pp. 19-45). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Mouffe, C. (1988). Hegemony and new political subjects: Toward a new concept of democracy. Em C. Nelson & L. Grossberg (Orgs.), *Marxism and the interpretation of culture* (pp. 89-102). Chicago: University of Illinois Press.
- Mouffe, C. (1993). *The return of the political*. London: Verso.
- Mouffe, C. (1995). Democratic citizenship and the political community. Em C. Mouffe (Org.), *Dimensions of radical democracy: Pluralism, citizenship, and democracy*. (pp. 47-74). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Novaco, R. & Monahan, J. (1980). Research in community psychology: An analysis of work published in the first six years. *American Journal of Community Psychology*, 8(2), 131-145.
- Perkins, D. (1995). Speaking truth to power: Empowerment, social intervention and policy. *American Journal of Community Psychology*, 23(5), 765-791.
- Piven, F. & Cloward, R. (1992). *Normalizing collapse: An essay on politics and social change*. Morris & C. Mueller (Orgs.), *Frontiers in social research* (pp. 325). New Haven: Yale University Press.
- Prado, M. A. M. (1994). *A consciência e a constituição do sujeito: estudo sobre os participantes de um mutirão habitacional*. Dissertação de Mestrado não-publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP.
- Prado, M. A. M. (1997). A psicologia e a utopia comunista no mundo moderno. Em M. Montero (Org.), *Psicologia social: teoria e prática* (pp. 48-58). Caracas: SIP & UCV.
- Prado, M. A. M. (1999). Problematizando o individualismo e o nacionalismo como posições identitárias [Resumo]. Em M. Montero & O. Ardans (Orgs.), *Livro de Resumos, 10º Encontro Brasileiro de Psicologia Social* (p. 20). São Paulo: ABP.
- Rappaport, J. (1981). In praise of paradox: A social perspective on over prevention. *American Journal of Community Psychology*, 9(1), 121-148.
- Rappaport, J. (1987). Terms of empowerment/exploration: Toward a theory for community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 5(2), 121-148.
- Richel, A. (1987). The 1965 Swampscott conference on community psychology. *American Journal of Community Psychology*, 5(1), 511-513.
- Riger, S. (1993). What's wrong with empowerment? *American Journal of Community Psychology*, 21(3), 279-292.
- Santos, B. S. (1994). *Pela mão de Alice: O social e o político*. Porto: Afrontamento.
- Sarason, S. (1984). Community psychology and social opportunity. *American Journal of Community Psychology*, 12(1), 1-18.
- Smith, A. M. (1998). *Laclau and Mouffe: The radical democratic project*. York: Routledge.
- Speer, P., Dey, A., Griggs, P., Gibson, C., Lubomski, J. & Prado, M. A. M. (1992). In search of community: An analysis of community psychology research from 1984-1988. *American Journal of Community Psychology*, 20(2), 195-209.
- Touraine, A. (1995). *Critica da modernidade*. Petrópolis: Vozes.
- Wiesenfeld, E. (1994). Paradigmas de la psicología comunitaria latinoamericana. Em M. Montero (Org.), *Psicología social comunitaria* (pp. 47-74). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Wiesenfeld, E. & Sanchez, E. (Orgs.) (1994). *Psicología social comunitaria: Contribuciones latinoamericanas*. Caracas: Fondo Editorial de la Universidad Central de Venezuela.